

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 31 DE JANEIRO DE 2006**

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento a decisão unânime do Colegiado em sua 169ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com fulcro nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com o objetivo de proceder a apuração - das denúncias de violações às liberdades individuais dos jornalistas em exercício profissional na Rede Gazeta/ES - especialmente no que concerne o acompanhamento das investigações e suas eventuais ações penais decorrentes.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição;

- I. Doutora ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO - representante do Ministério Público Federal;
- II. Doutora IVANA FARINA NAVARRETE PENA - representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil;
- III. Conselheiro JOSÉ SILVESTRE GORGULHO - representante da Associação Brasileira de Imprensa.
- IV. Deputada Federal IRINY LOPES - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Parágrafo Único. Poderão ser convidados a prestarem colaboração à Comissão Especial especialistas, peritos e outros profissionais cujas habilidades e competência sejam necessárias ao bom desempenho das atividades por ela desenvolvidas.

Art. 3º A Comissão Especial exercerá suas atividades por noventa (90) dias, prorrogáveis pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 4º Tornar público que, nos termos e para efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, a Comissão Especial poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias, tais como: tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais, ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar das repartições públicas informações e documentos.

Art.5º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos prestará à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo de Tarso Vannuchi', with a stylized, flowing script.

**PAULO DE TARSO VANNUCHI**